



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Análise de Sistemas

Opcao de Cargo D04, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Fevereiro/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Maioridade penal

Foi brutal o assassinato do casal de namorados Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo. Nada justifica um crime dessa natureza. O país está chocado. A participação de um menor no delito torna o caso ainda mais dramático. A pergunta está nas ruas: não seria o caso de reduzir a maioridade penal?

De acordo com pesquisa realizada, antes do crime, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, 89% dos brasileiros são favoráveis à redução da idade-limite para 16 anos. É natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cerca, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema. O Estado, contudo, deve agir racionalmente. A redução da maioridade, em primeiro lugar, fere o princípio, consagrado no Direito brasileiro, de que o jovem é um ser em formação. O adolescente pode e deve ser punido pelo que faz de errado, mas a sanção precisa ter caráter predominantemente educativo. É absolutamente falso afirmar que a legislação não pune menores. A maior pena a que eles podem ser condenados é de três anos. É verdade que o caráter pedagógico da punição raramente se verifica. Não são tão diferentes as condições desumanas de nossos presídios e das unidades da Febem.

Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. Mesmo porque não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. Parte da criminalidade juvenil pode ser explicada pelo fato de organizações criminosas se utilizarem de menores (e sua suposta impunidade) para “puxar o gatilho” no lugar de adultos. Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. O que fazer então? Reduzir ainda mais a maioridade penal? Para 15, 14, 10 anos de idade?

Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá, além da necessária repressão policial, uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.

(Folha de S. Paulo, editorial, 13/11/2003)

1. O redator desse editorial julga que a maioridade penal
 - (A) deve ser reduzida apenas para o caso específico de participação do jovem em delito brutal e injustificável, tal como o referido no primeiro parágrafo.
 - (B) não deve ser de modo algum reduzida, uma vez que os menores encarcerados deixam de receber orientação pedagógica, equiparando-se aos presos comuns.
 - (C) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, atentando-se para o caráter educativo das sanções, negligenciado na maioria dos casos.
 - (D) deve ser mantida nos termos da legislação em vigor, resguardando-se as ações pedagógicas que vêm caracterizando a aplicação das sanções.
 - (E) não deve ser de modo algum reduzida, pois haveria dificuldades na tramitação de uma lei que fere um princípio já consagrado no Direito brasileiro.

2. Considerando-se as controvérsias acerca da redução da maioridade penal, manifesta-se no texto, explícita ou implicitamente, uma relação antitética entre
 - I. a opinião do editorialista e a opinião da maioria dos brasileiros.
 - II. a posição da Ordem dos Advogados do Brasil e a posição do Estado.
 - III. o modo de avaliação do cidadão comum e o modo que cabe ao Estado.

Completa corretamente o enunciado APENAS o que está em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

3. A precisa convicção de que *não será reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir* é defendida com o seguinte argumento:
 - (A) o recrutamento de menores para a prática de crimes só será incrementado, a curto prazo, se ocorrerem medidas que visem à inclusão social.
 - (B) o recrutamento de menores, promovido pelos bandidos, passaria a ocorrer em faixas de idade ainda mais reduzida.
 - (C) as soluções drásticas, ditadas pelo clima de emoção, contrariam o princípio da racionalidade, que é básico no Direito.
 - (D) todas as crianças infratoras passariam a ser encarceradas na Febem, recebendo os mesmos tratamentos que sofrem os criminosos nos presídios.
 - (E) todas as crianças infratoras perderiam de vez o direito à assistência pedagógica, deixando de ser reconhecidas como seres em formação.

<p>4. O segmento do texto em que o termo sublinhado está empregado de acordo com uma acepção indicada em dicionários é:</p> <p>(A) <i>acuado pela <u>obscena</u> violência</i> = que choca pela vulgaridade, pela crueldade.</p> <p>(B) <i>torna o caso ainda mais <u>dramático</u></i> = repleto de peripécias, de aventuras.</p> <p>(C) <i><u>ferir o princípio</u></i> = tocar, tanger.</p> <p>(D) <i>recrutar um <u>contingente</u> mais jovem</i> = fortuito, aleatório.</p> <p>(E) <i>o <u>caráter</u> pedagógico da punição</i> = feitiço moral.</p>	<p>7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Deduz-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constituem um dever do Estado.</p> <p>(B) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que age com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, constitui um dever do Estado.</p> <p>(C) Deduzem-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos é quem agem com racionalidade; a formação dos adolescentes, infratores ou não, devem constituir um dos deveres do Estado.</p> <p>(D) Deduz-se do texto duas afirmações: a minoria dos cidadãos age com racionalidade; cabe ao Estado cuidar da formação dos adolescentes, tratem-se de infratores ou não.</p> <p>(E) Deduzem-se do texto duas afirmações: é a minoria dos cidadãos que agem com racionalidade; quanto ao Estado, estão entre os seus deveres a formação dos adolescentes, infratores ou não.</p>
<p>5. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem</i>, o segmento sublinhado ficará</p> <p>(A) os bandidos passarão a ter recrutado um contingente mais jovem.</p> <p>(B) um contingente mais jovem será recrutado pelos bandidos.</p> <p>(C) um contingente mais jovem passasse a ser recrutado pelos bandidos.</p> <p>(D) um contingente mais jovem passe a ser recrutado pelos bandidos.</p> <p>(E) os bandidos passem a ser recrutados por um contingente mais jovem.</p>	<p>8. Está clara, coerente e correta a redação do seguinte período:</p> <p>(A) É função de um editorial representar a opinião do periódico, razão pela qual não costumam vir assinados, mesmo quando se aborde questões polêmicas como a tratada no texto.</p> <p>(B) É sabido que o recrutamento de jovens delinquentes oferece como causa a minoridade penal, que se determina por um tratamento mais brando, ao contrário do que seria dispensado a aqueles mesmos que os recrutaram.</p> <p>(C) A necessidade de se promoverem políticas públicas de inclusão social não pode ser esquecida, no momento em que se debatem as complexas questões atinentes à redução da maioridade penal.</p> <p>(D) Ainda que venham a ocorrer proximamente, a profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança, nada nos garante que seus efeitos se processariam a despeito de uma indesejável morosidade.</p> <p>(E) Convocados para "puxar o gatilho", os jovens são regimentados por bandidos que disso se aproveitam para auferir o benefício das sanções mais brandas, previstas para quem está abaixo da maioridade penal.</p>
<p>6. É adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) O adolescente poderia e devesse ser punido pelo que faria de errado, mas a sanção precisava ter caráter predominantemente educativo.</p> <p>(B) A pergunta estava nas ruas: não teria sido o caso de que venha a se reduzir a maioridade penal?</p> <p>(C) Mesmo porque não é reduzindo a maioridade penal que o envolvimento de jovens em crimes terá deixado de existir.</p> <p>(D) Seria natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cercar, concorde com tudo o que soasse como solução drástica para o problema.</p> <p>(E) Nada haveria de impedir que os bandidos passassem a recrutar um contingente mais jovem, o que, aliás, já vem ocorrendo em algumas situações.</p>	

9. *Não será encarcerando adolescentes e crianças, mas oferecendo-lhes condições para escapar da criminalidade, que esse triste panorama poderá mudar.*

Mantém-se, com correção e clareza, o sentido da frase acima, em:

(A) Não será encarcerando adolescentes e crianças que esse triste panorama poderá mudar; é preciso oferecer-lhes condições para escapar da criminalidade.

(B) Oferecendo condições para escapar da criminalidade, e não encarcerando adolescentes e crianças, é que esse triste panorama poderá mudar.

(C) Esse triste panorama não poderá mudar sem lhes oferecer condições para escapar da criminalidade, simplesmente encarcerando adolescentes e crianças.

(D) Não será encarcerando adolescentes e crianças, sem que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade, que deixarão de mudar esse triste panorama.

(E) Não encarcerar adolescentes e crianças, a menos que se lhes ofereça condições para escapar da criminalidade: eis o que é preciso para esse triste panorama mudar.

10. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

(A) Os delitos onde ocorre a participação de menores costumam causar maior escândalo diante da opinião pública.

(B) A mais grave sanção à qual se pode estender a um menor é a de reclusão, cujo o período máximo é o de três anos.

(C) A atividade criminosa, pela qual muitos menores são compelidos, é promovida por maiores de idade, com os quais a penalização é muito mais severa.

(D) Se a repressão policial é uma medida da qual não se pode abrir mão, a inclusão social é um desafio para o qual não se pode fazer vista grossa.

(E) A redução da maioria penal, na qual há tantos defensores, pode ser uma medida inócua, pela qual muitos venham a se arrepender.

11. O elemento sublinhado tem, no contexto da frase em que se apresenta, o mesmo sentido da expressão entre parênteses, em:

(A) Combater a criminalidade, seja ela juvenil ou não, exigirá uma profunda reformulação das instituições e políticas públicas de segurança. (**conquanto possa ser juvenil**)

(B) Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio. (**mesmo que assim seja**)

(C) Mesmo porque não será reduzindo a maioria penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir. (**não obstante isso**)

(D) É igualmente indispensável promover a inclusão social com mais educação e alternativas de trabalho. (**impõe-se assim estar promovendo**)

(E) Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem, de quase crianças – o que, aliás, já ocorre em algumas situações. (**fato que, seja dito**)

12. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas no contexto da frase:

(A) Deteriam-se os jovens infratores no caso de que visse a ser reduzida a maioria penal, ou, pelo contrário, haveria-se de aumentar ainda mais esse tenebroso contingente?

(B) Tudo o que advier das medidas que se impõem no âmbito da educação concorrerá para a inclusão social desses jovens, providência que não mais se pode procrastinar.

(C) Inclue-se, entre as medidas a serem tomadas, a habilitação profissional dos jovens carentes, para que todos nos redimamos do abandono a que os vimos relegando.

(D) Os delitos dos jovens não provêm do nada; enraizam-se no solo fértil da criminalidade, num país em que tantas vezes o delinqüente impune vira astro da mídia.

(E) A menos que se refrêem as ações dos bandidos adultos, os jovens desamparados haverão de encontrar arrimo em quem os alicie para as práticas criminosas.

13. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, está inteiramente correto o seguinte período:

(A) Se à boa parte de nossa imprensa interessa a divulgação de crimes cometidos por jovens, somente a uma pequena parcela dos jornalistas interessa a discussão das questões que se ligam à essa faixa de delinqüência.

(B) Não convém à parcela mais privilegiada da sociedade imaginar-se imune à toda e qualquer modalidade de tragédia; a violência a atingirá, a despeito das guaritas, dos portões eletrônicos, dos vigias a postos.

(C) Todo jovem infrator, tenha ou não consciência disso, aspira à inclusão social, quer ascender a posições mais dignas, elevar-se a uma condição semelhante àquela em que vivem os jovens da classe média.

(D) Muito se comenta, a boca pequena, a respeito da vantagem da pena de morte, extensiva a criminalidade juvenil, à despeito do que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, que convoca todos os setores sociais à tarefa da formação integral dos jovens.

(E) Não se impute a polícia à situação de violência em que vivemos; se falta àquela participação maior no combate a criminalidade, falta à adolescência pobre qualquer sinalização de efetiva dedicação das autoridades à solução dos problemas.

14. Considerando-se o contexto da frase dada, tem sentido **causal** o segmento sublinhado em:
- (A) É natural que o cidadão, acuado pela obscena violência que o cerca, concorde com tudo o que soe como solução drástica para o problema.
- (B) A participação de um menor no delito torna o caso ainda mais dramático.
- (C) Que isso seja assim não justifica o abandono do princípio.
- (D) Nada impedirá que os bandidos passem a recrutar um contingente mais jovem.
- (E) Mesmo porque não será reduzindo a maioria penal que o envolvimento de jovens em crimes deixará de existir.
-
15. Ambos os verbos indicados entre parênteses adotarão obrigatoriamente uma forma do **plural** para preencherem, de modo correto, as lacunas da frase:
- (A) Não se (**dever**) esperar das autoridades policiais qualquer medida que combata na raiz as causas que qualquer um de nós (**poder**) atribuir às omissões da sociedade.
- (B) Para fatos brutais, como o assassinato do casal de namorados, não (**concorrer**) causa isolada, ou aleatória; o que os (**motivar**) é um conjunto de fatores sociais.
- (C) Quando a todos (**convir**) eliminar de vez a violência, a todos (**sensibilizar**) a adoção de reformas profundas na vida social.
- (D) Mesmo se (**vir**) a se reduzir pela metade, os índices de violência (**haver**) de refletir um quadro absolutamente escandaloso.
- (E) Parece que já não nos (**impressionar**), a nós todos, tal estatística de violências banalizadas; será preciso que nos (**alcançar**), a cada um de nós, a dor da tragédia?
-
16. No que se refere à vacância do cargo público, a exoneração de ofício dar-se-á, também, quando
- (A) o servidor, sendo nomeado, não tomar posse no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (B) o servidor, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- (C) o servidor, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo trinta dias, contados da data da posse.
- (D) o servidor deixar de atender, a juízo da autoridade competente, as condições para entrar em exercício.
- (E) decorrer da impossibilidade de transferência do servidor para outra localidade.
-
17. Tendo em vista a vedação de o empregador transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, diz-se que
- (A) a transferência será ilegítima, mesmo quando não acarretar necessariamente a mudança de seu domicílio.
- (B) é ilícita a transferência dos empregados que exerçam cargos de confiança.
- (C) por necessidade de serviço, a transferência será lícita, mediante pagamento suplementar nunca inferior a 20% dos salários recebidos.
- (D) a transferência poderá ocorrer licitamente, por imperiosa necessidade de serviço, desde que os salários recebidos sejam acrescidos de até 15%.
- (E) será lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
-
18. Os empregados sob o regime de tempo parcial, assim considerado aquele tempo cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais
- (A) não poderão prestar horas extras.
- (B) poderão prestar até duas horas extras.
- (C) poderão prestar somente uma hora extra.
- (D) poderão prestar horas extras à sua escolha.
- (E) poderão prestar até três horas extras.
-
19. São direitos dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de
- (A) dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) dois anos para os trabalhadores rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (C) três anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (D) cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (E) cinco anos para os trabalhadores urbanos, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.
-
20. O estágio probatório corresponde
- (A) a um ano de efetivo exercício no cargo ou em decorrência de designação para função.
- (B) ao período de dois anos de efetivo exercício no cargo ou função, para os agentes públicos nomeados em virtude de concurso público.
- (C) a três anos de efetivo exercício, para os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público.
- (D) a três e dois anos de exercício, respectivamente, para os agentes públicos nomeados e designados, para cargos e funções, em virtude de concurso público.
- (E) ao período de até quatro anos de efetivo exercício, para o servidor designado para função, em virtude de concurso público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>21. O modelo ambiental de um sistema consiste de três componentes principais, dos quais dois deles são</p> <p>(A) DFD e DTE.</p> <p>(B) DFD e Declaração de Objetos.</p> <p>(C) Diagrama de contexto e Lista de eventos.</p> <p>(D) Diagrama de contexto e Modelo de dados.</p> <p>(E) Modelo de dados e Lista de eventos.</p>	<p>26. As descrições de componentes de sistemas em dicionário de dados utilizam o símbolo { } (chaves), segundo a notação de Yourdon, significando</p> <p>(A) composições.</p> <p>(B) iterações.</p> <p>(C) comentários.</p> <p>(D) itens opcionais.</p> <p>(E) itens alternativos.</p>
<p>22. O modelo comportamental de um sistema, dentre os componentes detalhados que o compõe, contém os</p> <p>(A) DFD e Modelo de dados.</p> <p>(B) DFD e Diagrama de contexto.</p> <p>(C) Diagrama de contexto e Declaração de objetos.</p> <p>(D) Modelo de dados e Declaração de objetos.</p> <p>(E) Lista de eventos e Dicionário de dados.</p>	<p>27. Os modelos ambiental e comportamental de sistemas, segundo Yourdon, formam um</p> <p>(A) diagrama de bolhas.</p> <p>(B) diagrama de fluxo de dados.</p> <p>(C) modelo de processos.</p> <p>(D) modelo funcional.</p> <p>(E) modelo essencial.</p>
<p>23. A técnica de análise estruturada evoluiu com extensões para representação gráfica de fluxos e processos de controle, atendendo principalmente às necessidades das aplicações</p> <p>(A) Web.</p> <p>(B) <i>real time</i>.</p> <p>(C) distribuídas.</p> <p>(D) descentralizadas.</p> <p>(E) de grande porte.</p>	<p>28. O diagrama de transição de estado é uma representação gráfica, da análise estruturada, que detalha</p> <p>(A) o processo de controle.</p> <p>(B) o processo operacional.</p> <p>(C) o fluxo de controle.</p> <p>(D) o evento externo.</p> <p>(E) a entidade externa.</p>
<p>24. Um DFD contendo um processo com depósito e fluxos de dados, apenas de entrada, é uma representação</p> <p>(A) normal, sem qualquer denominação.</p> <p>(B) correta, denominada “poço sem fundo”.</p> <p>(C) correta, denominada “geração espontânea”.</p> <p>(D) errada, denominada “poço sem fundo”.</p> <p>(E) errada, denominada “geração espontânea”.</p>	<p>29. O processo representado num DFD de nível 0 (zero), imediato ao de contexto, que tem a melhor identificação é:</p> <p>(A) Impressão de Relatório.</p> <p>(B) Atualizar Cadastro.</p> <p>(C) 3 – Calcular Preço de Venda.</p> <p>(D) 6 – Processamento Mensal.</p> <p>(E) 4.1 – Imprimir Extrato de Cliente.</p>
<p>25. Os sistemas respondem aos estímulos que ocorrem no mundo exterior, os quais devem ser representados na forma de</p> <p>(A) fluxos convergentes.</p> <p>(B) fluxos divergentes.</p> <p>(C) declaração de objetivos.</p> <p>(D) fluxo de controle.</p> <p>(E) lista de eventos.</p>	<p>30. Nos diversos modelos de um sistema, representados graficamente na análise estruturada, o principal problema comum entre eles é</p> <p>(A) a duplicação de entidades externas.</p> <p>(B) o uso inadequado da notação.</p> <p>(C) o detalhamento excessivo dos desenhos.</p> <p>(D) a falta de detalhamento de algum componente definido em outro modelo.</p> <p>(E) as inconsistências nas definições dos modelos.</p>

<p>31. A análise orientada ao objeto é basicamente um processo</p> <p>(A) <i>up-middle-down</i> baseado no refinamento de classes.</p> <p>(B) <i>top-down</i> baseado no refinamento de classes.</p> <p>(C) <i>top-down</i> baseado na abstração de classes.</p> <p>(D) <i>bottom-up</i> baseado no refinamento de classes.</p> <p>(E) <i>bottom-up</i> baseado na abstração de classes.</p>	<p>36. A <i>Unified Modeling Language</i> (UML), resultado da unificação dos métodos <i>Booch</i>, OMT e OOSE, é</p> <p>(A) uma arquitetura de modelos O.O.</p> <p>(B) uma linguagem de programação visual.</p> <p>(C) uma linguagem de programação O.O.</p> <p>(D) uma linguagem de modelagem visual.</p> <p>(E) um processo de desenvolvimento O.O.</p>
<p>32. Uma biblioteca de classes para determinada categoria de aplicação denomina-se</p> <p>(A) superclasse.</p> <p>(B) <i>library</i>.</p> <p>(C) <i>framework</i>.</p> <p>(D) <i>package</i>.</p> <p>(E) classe-pai.</p>	<p>37. Um bloco de construção da UML dentro de Itens Dinâmicos denomina-se</p> <p>(A) agregação.</p> <p>(B) interação.</p> <p>(C) composição.</p> <p>(D) generalização.</p> <p>(E) especialização.</p>
<p>33. Uma comparação conceitual válida entre as perspectivas convencionais e as orientadas ao objeto, respectivamente, corresponde a:</p> <p>(A) dado e classe.</p> <p>(B) tipo de dados abstratos e variáveis de instância.</p> <p>(C) chamada sob controle do programador e método.</p> <p>(D) chamada de <i>procedure</i> e mensagem.</p> <p>(E) <i>procedure</i> e chamada sob controle do sistema.</p>	<p>38. Um bloco de construção da UML do tipo Relacionamentos denomina-se</p> <p>(A) classe.</p> <p>(B) componente.</p> <p>(C) caso de uso.</p> <p>(D) colaboração.</p> <p>(E) realização.</p>
<p>34. O <i>browser</i> é uma ferramenta para <i>softwares</i> orientados ao objeto que</p> <p>(A) mostra o desempenho de um programa analisado.</p> <p>(B) mostra as informações de mensagens e métodos para uma classe.</p> <p>(C) examina e edita valores de uma variável de instância.</p> <p>(D) depura os erros dos métodos de um objeto.</p> <p>(E) edita os valores de uma instância de classe.</p>	<p>39. Utilizando a UML, os comportamentos de um sistema devem ser entendidos de forma transparente por todos os envolvidos, por meio da visão</p> <p>(A) caso de uso.</p> <p>(B) implementação.</p> <p>(C) implantação.</p> <p>(D) processo.</p> <p>(E) projeto.</p>
<p>35. Nas técnicas orientadas ao objeto, os objetos são caracterizados</p> <p>(A) pelos atributos.</p> <p>(B) pelas operações.</p> <p>(C) pelas instâncias.</p> <p>(D) pelas mensagens.</p> <p>(E) pela classe a que pertencem.</p>	<p>40. Os diagramas da UML abaixo têm relacionamento direto entre si, EXCETO:</p> <p>(A) classes.</p> <p>(B) objetos.</p> <p>(C) implantação.</p> <p>(D) componentes.</p> <p>(E) atividades.</p>

<p>41. A conclusão de um projeto lógico de banco de dados se dará na etapa de</p> <p>(A) projetar formatos de registros.</p> <p>(B) desenhar o diagrama E-R.</p> <p>(C) traduzir o diagrama E-R no diagrama de estrutura de dados.</p> <p>(D) identificar tipos de valor e atributos.</p> <p>(E) identificar tipos de entidades e de relacionamentos.</p>	<p>46. Para escrever uma <i>query</i>, que implementa toda potencialidade de pesquisa do DB2, utiliza-se o comando</p> <p>(A) <i>query</i>.</p> <p>(B) <i>select into</i>.</p> <p>(C) <i>subselect</i>.</p> <p>(D) <i>fullselect</i>.</p> <p>(E) <i>select</i>.</p>
<p>42. Os operadores relacionais classificados, respectivamente, nos grupos de operadores unários e binários são:</p> <p>(A) produto cartesiano e união.</p> <p>(B) produto cartesiano e projeção.</p> <p>(C) projeção e renomear.</p> <p>(D) seleção e união.</p> <p>(E) seleção e renomear.</p>	<p>47. Para selecionar apenas um registro, de cada grupo de registros duplicados, utiliza-se a cláusula SQL</p> <p>(A) <i>union</i>.</p> <p>(B) <i>distinct</i>.</p> <p>(C) <i>group by</i>.</p> <p>(D) <i>like</i>.</p> <p>(E) <i>null</i>.</p>
<p>43. Uma coluna que faz referência à chave primária de uma outra tabela relacional denomina-se chave</p> <p>(A) transitiva.</p> <p>(B) secundária.</p> <p>(C) estrangeira.</p> <p>(D) dependente.</p> <p>(E) referencial.</p>	<p>48. Duas comparações distintas são executadas simultaneamente quando, no comando <i>Select</i>, usa-se o predicado</p> <p>(A) <i>between</i>.</p> <p>(B) <i>distinct</i>.</p> <p>(C) <i>order by</i>.</p> <p>(D) <i>like</i>.</p> <p>(E) <i>in</i>.</p>
<p>44. A regra de integridade referencial, em que uma linha, ao ser excluída, provoca a exclusão também de todas as linhas dependentes, é:</p> <p>(A) <i>set delete</i>.</p> <p>(B) <i>set exclude</i>.</p> <p>(C) <i>linkage</i>.</p> <p>(D) <i>chaining</i>.</p> <p>(E) <i>cascade</i>.</p>	<p>49. Uma tabela do banco de dados DB2 pode ser deletada com o comando</p> <p>(A) <i>close tablespace</i>.</p> <p>(B) <i>clean table</i>.</p> <p>(C) <i>drop table</i>.</p> <p>(D) <i>delete table</i>.</p> <p>(E) <i>alter tablespace</i>.</p>
<p>45. A forma mais adequada de normalização para um modelo de dados é a</p> <p>(A) 2 FN.</p> <p>(B) 3 FN.</p> <p>(C) 4 FN.</p> <p>(D) 5 FN.</p> <p>(E) 6 FN.</p>	<p>50. A tabela lógica formada a partir de linhas e colunas de outras tabelas relacionais denomina-se</p> <p>(A) tabela dependente.</p> <p>(B) tabela filha.</p> <p>(C) índice.</p> <p>(D) visão.</p> <p>(E) subconjunto.</p>

<p>51. O MySQL, para tornar a procura dos dados mais eficiente, permite que as tabelas sejam agrupadas em</p> <p>(A) índices.</p> <p>(B) bibliotecas.</p> <p>(C) pseudotabelas.</p> <p>(D) visões.</p> <p>(E) tabelas pai.</p>	<p>56. A biblioteca corrente <i>default</i> do sistema OS/400 é a</p> <p>(A) QRPQ.</p> <p>(B) QGPL.</p> <p>(C) de sistema.</p> <p>(D) de usuário.</p> <p>(E) produto.</p>
<p>52. O <i>software</i> de banco de dados MySQL é executado pelo Linux</p> <p>(A) em plano secundário, quando requerido numa porta TCP/IP.</p> <p>(B) em plano primário, porque é processado um <i>daemon</i>.</p> <p>(C) em plano primário, quando requerido numa porta TCP/IP.</p> <p>(D) em plano ativo, permanentemente disponível na memória.</p> <p>(E) em plano ativo, quando requerido numa porta TCP/IP.</p>	<p>57. Os principais arquivos executáveis, no sistema Linux, devem ser organizados no diretório funcional</p> <p>(A) /root.</p> <p>(B) /home.</p> <p>(C) /lib.</p> <p>(D) /sbin.</p> <p>(E) /bin.</p>
<p>53. O comando COMMIT pode ser simulado em MySQL, versão 3.22, com auxílio dos comandos</p> <p>(A) <i>lock</i> e <i>rollback</i>.</p> <p>(B) <i>lock</i> e <i>unlock</i>.</p> <p>(C) <i>dead lock</i> e <i>rollback</i>.</p> <p>(D) <i>dead lock</i> e <i>unlock</i>.</p> <p>(E) <i>rollback</i> e <i>unlock</i>.</p>	<p>58. Os processos especiais chamados <i>daemon</i> são inicializados, no Linux, a partir</p> <p>(A) dos programas, quando requisitam os processos pela primeira vez.</p> <p>(B) do <i>login</i> do superusuário.</p> <p>(C) dos comandos dos próprios usuários que utilizarão os processos.</p> <p>(D) do <i>boot</i> do sistema.</p> <p>(E) de comandos do superusuário.</p>
<p>54. Um programa utilitário do sistema OS/400 que fornece facilidades para edição do código-fonte de programas é o</p> <p>(A) BGU.</p> <p>(B) RLU.</p> <p>(C) SDA.</p> <p>(D) SEU.</p> <p>(E) <i>Query</i>.</p>	<p>59. Dentre os <i>prompts</i> padronizados pelos desenvolvedores Linux, NÃO é comum utilizar o símbolo</p> <p>(A) @ (arroba).</p> <p>(B) > (maior que).</p> <p>(C) % (porcentagem).</p> <p>(D) \$ (dólar).</p> <p>(E) # (number).</p>
<p>55. No sistema OS/400, a tecla de função utilizada com maior frequência para retornar à tela anterior é</p> <p>(A) F1.</p> <p>(B) F3.</p> <p>(C) F4.</p> <p>(D) F9.</p> <p>(E) F12.</p>	<p>60. O comando <i>cat</i>, no Linux, tem a função de</p> <p>(A) catalogar programas nos diretórios.</p> <p>(B) catalogar atributos de diretórios e arquivos.</p> <p>(C) concatenar e imprimir arquivos.</p> <p>(D) mudar atributos de diretórios e arquivos.</p> <p>(E) compactar e armazenar arquivos.</p>